



AS TEORIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A SUA RELAÇÃO COM OS INDICADORES PARA O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA-TO

Saerles dos Santos Oliveira¹
Miguel Pacífico Filho²

Resumo: O presente trabalho objetiva discutir as teorias sobre Desenvolvimento, a saber: Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social, aplicadas ao município de Araguaína. Localizada no norte do Estado do Tocantins, Araguaína é parte central de uma região caracterizada pela expansão da chamada fronteira agrícola e apresenta índices de crescimento econômico e demográfico acima da média brasileira. O objetivo deste trabalho é verificar à luz das teorias do Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social, como o crescimento recente do município se reflete na vida cotidiana de seus habitantes. Para tanto, consideramos as variáveis apresentadas pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios), IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) e as taxas de homicídio. Esse trabalho foi elaborado por pesquisa de forma qualitativa de caráter bibliográfico, na qual analisamos e colhemos informações a partir de artigos já publicados, bem como buscamos as instituições produtoras dos índices utilizados, a saber, o IBGE e o IPEA. Concluímos que as contradições existentes são significativas, observamos que Araguaína apresenta dados considerados adequados no que diz respeito ao Desenvolvimento Humano, baixo índice de Vulnerabilidade Social e taxas de homicídio muito acima da média nacional.

Palavras-chave: Crescimento econômico. Desenvolvimento. Vulnerabilidade social.

THE THEORIES ON DEVELOPMENT AND ITS RELATIONSHIP WITH THE SOCIAL INDICATORS FOR THE MUNICIPALITY OF ARAGUAÍNA-TO

Abstract: The present work has the theories on Development, a knowledge: Economic Development and Social Development, live to the municipality of Araguaína. Located in the north of the state of Tocantins, Araguaína is a central part of a region characterized by the expansion of research and presents the economic and demographic growth rates above the Brazilian average. The objective of this work is the theory of Economic Development and Social Development, as the recent movement of the municipality in relation to the daily life of its inhabitants. Therefore, we consider the variables identified as Human Development Index, Human Development Index of Municipalities, Social Vulnerability Index and Human Development Index. bibliography, analysis and collection of information already disclosed, as well as in the search for disclosure of codes, a saber, IBGE and IPEA. The occurrences are the existing contradictions are significant, there are rates of vulnerability and homicide rates well above the national average.

¹ Graduada em Tecnologia de Gestão de Cooperativas. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: saerles123@gmail.com

² Doutor em História. Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Coordenador do Programa de Pós Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire). E-mail: miguilim@utf.edu.br.



Keywords: Economic growth. Development. Social vulnerability.

INTRODUÇÃO

Entre as recentes transformações em curso nas sociedades contemporâneas, podemos mencionar o surgimento da chamada modernidade líquida (BAUMAN, 2001) e a crise da sociedade salarial (CASTEL, 1998). É possível apontar como características dos dois referenciais mencionados a fragilidade das relações humanas, notadamente marcadas pela digitalização, bem como a ruptura com o chamado Estado de Bem Estar Social através da reformulação e conseqüente precarização das relações trabalhistas via terceirização e reformas previdenciárias. Em contrapartida, organismos internacionais foram criados com o objetivo de discutir questões globais e apontar caminhos para o enfrentamento das muitas contradições sociais atuais. Como exemplo, mencionamos a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), composta por 193 países, com o objetivo de manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida e contribuição para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo. Desde a sua criação, no ano 1945, em São Francisco (EUA), a ONU busca promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; e utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico, social, cultural ou de caráter humanitário.

Desta forma, foram criados os índices para se medir o crescimento e evolução da sociedade como um todo e para que seus direitos possam ser preservados. Segundo Altmann (1981) a expressão “indicadores sociais” surgiu nos EUA em 1966. Foi veiculada em uma obra coletiva por Raymond Bauer chamada *Social Indicators*. A observação da mudança da sociedade em termos socioeconômicos, dada a precariedade dos dados existentes, só pode ser contornada por Bauer e seus colegas através da construção de indicadores de caráter social; isso permitiu uma análise aprofundada do conjunto das condições sociais, políticas e econômicas.

Os indicadores apresentados no presente trabalho têm por finalidade sinalizar as características da população de Araguaína-TO. Para isso, buscamos entender como são medidos os índices de Vulnerabilidade Social, Desenvolvimento Humano Municipal, Desenvolvimento Humano e de Violência. Tais índices serão analisados à luz das discussões



sobre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, considerando que a cidade é parte de uma região denominada como fronteira agrícola e portadora de algumas das características inerentes a tais localidades. De acordo com Vieira Filho (2016),

por um lado, é nítido que há uma expansão da produção em direção ao Cerrado brasileiro (cerca de 22% da superfície do território brasileiro) com a incorporação da região do Matopiba (formada pelos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia), notadamente na produção de grãos (VIEIRA FILHO, 2016, p. 7).

Portanto, Araguaína encontra-se inserida em região de atividade agrícola intensa, produz *commodities* para o mercado nacional e internacional e é nesse contexto que verificam-se nuances da qualidade de vida no município. Para tanto, demonstrar-se-á alguns indicadores sociais.

A apresentação desses indicadores, bem como a contextualização do município de Araguaína possibilitará demonstrar nosso objetivo de pesquisa, ou seja: de que maneira as teorias sobre Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social se aplicam ao município à luz dos indicadores mencionados? Nossa hipótese de trabalho é a de que, inserida no contexto da chamada área de expansão da fronteira agrícola, o município de Araguaína enfrenta problemas característicos do crescimento acelerado.

É possível dizer que a produção de indicadores sociais no Brasil tem início durante o chamado período imperial no qual o único órgão com atividades de tal natureza era a Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871. Com a chegada da República houve a necessidade de ampliar essas atividades, principalmente depois da implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos. O órgão responsável pelas estatísticas no Brasil mudou de nome e de funções algumas vezes até 1934, quando foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, cujas atribuições passaram aos ministérios competentes.

Com a necessidade de um órgão capacitado para articular e coordenar as pesquisas estatísticas foi criado, em 1934, o Instituto Nacional de Estatística - INE, que iniciou suas atividades em 1936. No ano seguinte, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

No ano de 1983 inicia-se o procedimento de criação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão de pesquisa, reflexão e planejamento de políticas públicas e de macroeconomia, com o objetivo de estruturar um novo órgão capaz de fornecer dados



para fundamentar o planejamento econômico brasileiro numa visão estratégica de médio e longo prazo. Iniciou-se assim a criação do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA). Atualmente, por meio do Plano Estratégico 2013 – 2023, o IPEA institucionaliza seu posicionamento sócio-políticoobjetivando a produção dos dados a partir de valores institucionais sustentados pela diversidade de visões, isenção e imparcialidade.

1 As teorias sobre desenvolvimento econômico e social

O desenvolvimento enquanto campo de estudos é um fenômeno da natureza social que, em suas várias formas, pode ser percebido em situações que promovam mudança na qualidade de vida das pessoas. Nas propostas mais modernas, as teorias e metodologias relacionadas tanto às variáveis qualitativas quanto quantitativas buscam medir o desenvolvimento a partir de focos bastante distintos, a saber, pelo crescimento do PIB- Produto Interno Bruto e por fatores sociais, demográficos e ambientais.

Em meados de 1945, na Conferência de São Francisco, (A Cerimônia de Abertura das Nações Unidas), nasceu a necessidade de discutir e intensificar os debates em torno do termo desenvolvimento. Não estavam claras, naquele momento, as distinções entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento.

Observa-se que, após a reformulação acerca dos processos de desenvolvimento, foi possível salientar algumas características econômicas, sociais, culturais, ressaltar os direitos humanos, a cidadania, e ter como primazia, a qualidade de vida das pessoas. Nessa acepção, a teoria do desenvolvimento surge a partir dos anos 1960, como um ramo específico da economia. Centra-se esforços, Nessa discussão, em questões como o desenvolvimento de um país, a crescente taxa de urbanização, o estado desempenhando o papel de modernização da educação, saúde e índice de desenvolvimento humano.

Neste sentido, Souza (1993) menciona a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema: a primeira corrente encara o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, enquanto a segunda, o crescimento econômico como uma condição indispensável para o desenvolvimento social e humano.

Na primeira corrente estão os modelos de crescimento da tradição clássica (1978) e neoclássica (1980), como os de Harrod e Domar. Já na segunda corrente estão os economistas



de orientação crítica, formados na tradição marxista ou cepalina (CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que conceituam o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. O desenvolvimento social pode ser percebido em várias situações que promovam realmente mudanças, sendo essas coletivas ou individuais e que possam expor impacto positivo na vida das pessoas. Deve ser levado em conta o crescimento do nível de vida da população, isto é, renda, saúde, educação, níveis de consumo de alimentos, moradia, lazer, e crescimento da renda per capita. Nesse contexto, Vasconcellos e Garcia afirmam que

o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

Partindo dessa concepção, o desenvolvimento deve ser observado como o avanço de um conjunto de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Scatolin (1989) afirma que

poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados freqüentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento (SCATOLIN, 1989, p. 06).

O desenvolvimento social é um conceito que pode ser percebido em diversos fenômenos, expondo mudanças que de fato impactem positivamente na vida das pessoas, sem que haja uma controvérsia entre o conceito e a realidade.

Nesse sentido, Becker (2000) afirma que, para atingir o desenvolvimento, é necessário superar dois desafios: o primeiro é criar alternativas para reconciliar os diversos aspectos do processo de desenvolvimento político, econômico, tecnológico, ambiental, cultural e social; o segundo é recuperar a possibilidade de fazer renascer no indivíduo a diferença, o plural e o diverso.



1.1 Desenvolvimento econômico

O desenvolvimento econômico é um processo de acumulação de capital que se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante (PEREIRA, 2006). O desenvolvimento econômico de uma região se dá no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração de mão de obra do campo para cidade e menor dependência de auxílio externo. O desenvolvimento de cada região depende de suas próprias características como situação geográfica, extensão rural, cultura, população e riquezas naturais. Nesse contexto, Vieira e Santos afirmam:

as políticas de desenvolvimento objetivavam promover a atração de investimentos acompanhados de inserção tecnológica, para aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente a competitividade regional, negligenciando fatores internos, culturais e sociais que contribuem para a riqueza empresarial, mas, sobretudo, para a riqueza humana em um determinado território (VIEIRA e SANTOS, 2012, p. 364).

No mesmo sentido, Mankiw (1999, p. 4) afirma que a “economia é o estudo da forma pela qual a sociedade administra seus recursos escassos”. Quando uma região produz a sua própria economia utilizando-se de suas potencialidades, gera riqueza trazendo à população independência econômica. Pode-se afirmar, portanto, que o desenvolvimento econômico preza pela melhoria na qualidade de vida, moradia, higiene, elevação nas condições de saúde e outras variáveis sociais. Ainda nessa mesma linha de argumentação, Sousa (2005) explica:

desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente. (SOUZA, 2005, p.7).

Dessa forma, o aumento da riqueza através da concentração da produtividade faz com que haja independência econômica da população, assim, as alterações econômicas através da produção e consumo dos bens e serviços causam aumento na qualidade de vida da sociedade. Bresser-Pereira (2006) relata que o desenvolvimento econômico pressupõe acumulação de capital e aumento da produtividade, culminando com crescimento sustentado



da renda por habitante e melhoria dos padrões de vida da população de um país. Assim, de acordo com os autores mencionados, o desenvolvimento econômico beneficia de forma direta a população, já que a riqueza investida proporciona a melhoria do bem-estar dos habitantes.

Neste contexto, Furtado (2000) afirma que as primeiras ideias sobre o desenvolvimento econômico o definiam como um mero aumento do fluxo de bens e serviços; tais ideias foram progressivamente substituídas por argumentos que faziam referência às transformações do conjunto de uma sociedade, ligando este fluxo de bens e serviços à satisfação das necessidades humanas. Desse modo, Sen (1999) defende que:

[...] o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou inferência excessiva de Estados repressivos [...] (SEN, 1999, p. 18).

O desenvolvimento econômico, ao longo de sua estruturação histórica enquanto conceito foi metamorfoseando-se na direção de uma concepção abrangente no que diz respeito à sustentação do atendimento de determinadas necessidades sociais, indo além do simples acúmulo de recursos monetários.

1.2 Desenvolvimento social

O desenvolvimento social requer um olhar capaz de buscar priorizar características não pautadas pela chamada macro-economia. Em sua composição, somam-se variáveis como trabalho decente, acesso à redes de atendimento vinculadas à saúde e à educação, todas elas diretamente conectadas à percepção de necessidade de construção de um plano maior perpassado por integração e bem-estar social. O conceito requer o enfrentamento de questões sociais e a priorização de diretrizes humanitárias. Deste modo, Lampreia (1995) propõe que

tratar o tema do desenvolvimento social requer, antes de mais nada, enfrentar a questão das iniquidades sociais de toda ordem - gênero, raça, renda, emprego, acesso universal a bens de consumo coletivo, dentre outros - que marcam nossa sociedade, sem restringi-las à dimensão única da pobreza. (LAMPREIA, 1995, p. 17).

Menciona-se a busca pela redução da pobreza e a efetiva aplicação de direitos a todos os cidadãos, incentivando a educação, para fins econômicos e aumento no acesso à



saúde que, em todos os sentidos, é o fator mais predominante e inerente ao desenvolvimento social, trazendo benefícios tanto para a comunidade como para todo o país de forma igualitária. Drewnoski (1966) também afirma que

[...] a planificação do desenvolvimento não pode ser exclusivamente social ou econômica, embora na prática ocorra quase sempre o predomínio do planejamento econômico [...] para ele, somente os objetivos sociais, que implicam melhoria dos níveis de vida e de bem estar podem ser considerados como fins do desenvolvimento, enquanto que os objetivos econômicos [...] são apenas fins intermediários, cujo único valor é contribuir para os objetivos finais já aludidos (DREWNOSKI, 1966, *apud* ARAUJO, 1975, p. 518).

Portanto, nas discussões sobre o desenvolvimento social observa-se que há necessidade de uma visível distribuição igualitária de renda, de modo que se perceba justiça social; discute-se ainda a superação da dimensão econômica como característica primeira. Estende-se a discussão à necessidade da geração de empregos que englobem os níveis mais vulneráveis da sociedade, democratizando os direitos e a cidadania em todos os níveis sociais e de gênero. O desenvolvimento social pode ser entendido não como uma situação momentânea, transitória ou esporádica, mas como um crescimento progressivo para a extinção da pobreza.

2 Araguaína–TO: migração, crescimento econômico e demográfico

De acordo com Becker (1990), com a expectativa de abertura da rodovia Belém-Brasília (BR153), agricultores sem terras e posseiros, sobretudo nordestinos, se deslocavam para a região e, após se beneficiarem das matas, foram expropriados e migraram para pequenos povoados e periferias de cidades. Houve a expansão da agricultura e pecuária através de fazendeiros originários do Centro- Sul que importaram técnicas do Sudeste com o objetivo de melhorar a produção e a genética do gado. Através dessas novas situações, ocorre uma mudança na forma do consumo das pessoas que passaram a demandar produtos industrializados. A rodovia possibilitou a transformação econômica da cidade, constituindo-se numa importante via de ligação entre vários municípios vizinhos e possibilitando a migração. Araguaína foi a quarta maior cidade do estado do Goiás, atrás somente de Anápolis, Luziânia e Goiânia.



Em 1988, com a criação do estado do Tocantins, Araguaína tornou-se a maior cidade do Estado recém-criado. Em 1989, por questões políticas e econômicas, foi decidida a criação da futura capital, a cidade de Miracema que permaneceu como capital provisória. Em 1º de janeiro de 1990, Palmas tornou-se a capital definitiva e, no decorrer de uma década, tornou-se a maior cidade do estado. Atualmente, Araguaína possui uma população de 175.960 habitantes e apresenta-se como a segunda maior força econômica do estado do Tocantins. Em termos de localização geográfica é possível dizer com maior precisão que

a Microrregião Geográfica (MRG) de Araguaína pertence à mesorregião Ocidental do Tocantins e está localizada na porção norte do Estado (Figura 01). Possui uma área de aproximadamente 26.000 km² e uma população estimada em 260.498 mil habitantes (IBGE/SIDRA 2010). É composta por 17 municípios, entre eles o de Araguaína, que dá nome a microrregião e é o 2º mais importante centro econômico e populacional do Estado do Tocantins, ficando atrás apenas da capital Palmas (BRITO e GUEDES, 2014, p. 95).

Essa centralidade do município de Araguaína apresenta significativos desdobramentos no que diz respeito às relações sociais que se desenvolvem em seu meio. A cidade polariza o fornecimento dos serviços de diversas naturezas, o que estabelece para si um lugar na hierarquia de classificação dos centros urbanos capaz de lhe equiparar a outras cidades de reconhecida projeção nacional. Segundo Morais (2014),

de acordo com a nova dinâmica da rede urbana brasileira, apresentada pelo IBGE (2012), em quatro décadas, a hierarquia dos centros se alterou. Segundo o órgão, os centros de segundo nível mudaram de status, conforme dados do IBGE. No segundo nível, das capitais regionais, há alguns centros que em 1966, eram classificados no terceiro nível, o dos centros sub-regionais. São exemplo deste movimento ascendente, no Norte do País, Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Marabá e Santarém (PA), e Macapá (AP); no Nordeste, Imperatriz (MA) e Barreiras (BA); no Centro-Sul, Volta Redonda-Barra Mansa (RJ), Santos e São José dos Campos (SP), Cascavel (PR), Dourados (MS). E existem casos mais extremos que são os de Boa Vista (RR), de Araguaína (TO), de Ipatinga- Coronel Fabriciano-Timóteo (MG) e de Novo Hamburgo-São Leopoldo (RS), que saltam do quarto nível para o segundo, e o de Palmas, criada em 1989, também no segundo nível” (IBGE, 2012, p. 6). Em tal contexto, a cidade de Araguaína aparece como a única cidade média no norte do Tocantins, sendo caracterizada como capital regional B, ou seja, uma cidade que polariza 52 outras localidades em seu entorno (MORAIS, 2014, p. 53-54).

Classificada como capital regional B e polarizadora de mais de 5 dezenas de municípios, Araguaína apresenta ainda outra variável significativa e estruturante das condições apontadas acima: a inserção em área conhecida como fronteira agrícola.

Morais (2014) menciona que, nas cidades médias, no Brasil, os índices de crescimento populacional apresentados nas últimas décadas são superiores às grandes cidades. Dentro de um contexto regional, escolheu-se neste estudo como recorte espacial a cidade de



Araguaína, que se destaca dentro do sistema de cidades tocantinenses por apresentar um desenvolvimento acirrado pela expansão do comércio local e pela vigência dos serviços especializados.

É igualmente possível dizer que todas as dinâmicas expostas até aqui dizem respeito à chamada modernização da produção agrícola brasileira e, nesse aspecto, é necessário ressaltar o papel desempenhado pelas chamadas políticas públicas através das quais dois programas tiveram impacto direto na produção agrícola na qual se insere Araguaína, a saber, PRODECER e POLOCENTRO. De acordo com Inocêncio e Calaça (2009),

o processo de modernização do campo tem sido determinado de fora para dentro do setor agropecuário, a partir da indústria e do capital industrial, que contam usualmente com a ajuda do Estado, através de políticas públicas direcionadas. A modernização agrícola no Cerrado ocorreu por intermédio de diferentes formas de intervenção estatal na economia, que aqui denominamos de políticas públicas, entendidas enquanto o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Dentre políticas públicas que intervieram diretamente sobre as terras do Cerrado, merece destaque o POLOCENTRO, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados e o PRODECER, Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado. (INOCÊNCIO e CALAÇA, 2009, p. 3).

Entre os dois Programas mencionados acima, o PRODECER foi aquele que maior impacto ocasionou sobre as regiões de cerrado brasileiro e que trouxe os desdobramentos sobre a produção agrícola tocantinense como a conhecemos hoje. Destinado ao abastecimento do mercado de *commodities* internacional, tratava-se do

Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado. Este programa foi criado em 1979, dentro do II PND, Plano Nacional de Desenvolvimento, Programa governamental de integração regional desenvolvido no período dos governos militares e que continha planos específicos para o Cerrado. O Programa visava fortalecer a ocupação do Cerrado com bases técnicas e gerenciais modernas, através do acordo firmado entre o Brasil e o Japão para a produção de soja no Cerrado. (INOCÊNCIO e CALAÇA, 2009, p. 5).

Portanto, pode-se afirmar que a dinâmica observada no município de Araguaína no início do século XXI tem suas origens em políticas públicas originárias na década de 80 do século XX. A dinâmica de desenvolvimento dessas políticas públicas originaram uma nova discussão acerca das questões sociais e econômicas por elas geradas, a saber, a noção de fronteira ou fronteira agrícola.

Nessesentido, Inocêncio e Calaça (2009) mencionam uma definição de fronteira a qual repetiremos aqui por entendermos se adequar aos dados contraditórios que obtivemos a



partir dos indicadores pesquisados para Araguaína. A definição é do sociólogo José de Souza Martins(1997):

(...) a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. (MARTINS, 1997, p. 150).

Portanto, pode-se entender a fronteira como o lugar do contraditório e, muitas vezes, do conflito. A partir desse ponto, passamos a expor alguns dos índices que selecionamos como objetivo de verificar como todos os fatores acima mencionados geraram seus reflexos em aspectos cruciais da população residente em Araguaína.

3. INDICADORES SOCIAIS SOBRE O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA

A vulnerabilidade social é demonstrada por características que mostram as condições dos grupos de indivíduos que estão expostos à condições adversas em seu cotidiano, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, notadamente por fatores socioeconômicos, embora não somente restrita a esta última característica. Alguns dos principais traços que apontam o estado de vulnerabilidade social são as condições precárias de moradia e saneamento, os meios de subsistência inexistentes e a ausência de um ambiente familiar.

Esses fatores mostram o estágio de risco social, quando o indivíduo perde as condições de usufruíros mesmos direitos e deveres dos outros cidadãos devido ao desequilíbrio sócio econômico e, geralmente, precisa de auxílios de terceiros para garantir a sua sobrevivência. Nesse contexto, Vignoli e Filgueira(2001) afirmam que:

o conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam. (VIGNOLI e FILGUEIRA, 2001 *apud* AMBRAMOVAY, 2002, p. 34-35)

A vulnerabilidade social é medida através da linha de pobreza e inclui tais situações, mas não está restrita a ela. Os indivíduos e grupos em vulnerabilidade social encontram-se em deficiência do bem-estar básico e do acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado e da sociedade.



O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é um índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo a 1, maior é a vulnerabilidade social de um território. Quanto mais próximo de 0, menor a vulnerabilidade social. De acordo com o Atlas da Vulnerabilidade (2011), para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500, são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social. O IVS para Araguaína, de acordo com o Atlas da Vulnerabilidade Social do IPEA é de 0,243, ou seja, muito baixo.

Já para se medir o IDHM é preciso usar de indicadores originários de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada a partir dos dados dos censos demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência. O padrão de vida é medido pela renda municipal per capita média de determinado município, é a soma de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), na avaliação geral, o índice de desenvolvimento humano de Araguaína superou os indicadores nacionais na Educação com 0,63 contra 0,54. No quesito Longevidade, a média municipal foi de 0,821, enquanto a nacional foi de 0,816. Já no indicador Renda, a cidade ficou abaixo do índice nacional, apresentando 0,727 contra 0,739. No ranking do cálculo da renda per capita, Araguaína está na posição 888, pois sua renda mensal é de 737,63, sendo que a renda média do país é de 793,87.

A Mortalidade Infantil também foi avaliada. A plataforma registrou o número de mortes de crianças menores de um ano de idade a cada 1000 habitantes. A média nacional foi de 16,70 e Araguaína ficou abaixo deste índice com 13,10. A probabilidade de sobrevivência após os 60 anos também fez a cidade superar a média nacional com indicadores de 88,08, contra 84,05.



A análise da junção do Desenvolvimento Humano Municipal com o Índice de Vulnerabilidade Social resulta no que se entende como Prosperidade Social. A existência de alto Desenvolvimento Humano somado a baixa Vulnerabilidade Social indica que, na região onde ela se verifica, ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente portadora de maiores possibilidades.

A Prosperidade Social à qual nos referimos, reflete uma situação em que o desenvolvimento humano se instala em bases sociais grandes, onde o capital familiar e escolar apresentam as condições de inserção no mercado de trabalho e garantem condições de moradia e acesso à infraestrutura urbana.

Como possibilidade comparativa, apresenta-se o cálculo de Prosperidade Social para o Estado do Tocantins na tabela 1 e, na tabela 2, o mesmo cálculo para Araguaína.

Tabela 1 – Índice de Prosperidade Social para o Tocantins

IVS		IDHM	= Prosperidade Social
0,336	X	0,699	Médio

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA(2013).

Tabela 2: Índice de Prosperidade Social para Araguaína

IVS		IDHM	= Prosperidade Social
0,243	X	0,752	Muito Alta

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA(2013).

Todas as variáveis apresentadas anteriormente demonstram condições bastante favoráveis para o município de Araguaína. IDH, IDHM, IVS, mortalidade infantil e prosperidade social nos possibilitam traçar e afirmar um quadro favorável ao desenvolvimento humano. No entanto, a última das variáveis selecionadas, violência urbana, mensurada pelo número de homicídios a cada 100 mil habitantes, nos demonstra que uma das características das áreas de expansão da fronteira agrícola encontra-se notadamente presente. Para Martins(2016), os estudos dedicados às regiões da chamada fronteira de expansão agrícola, são definidos com argumentos bastante conflitantes com aquilo que nos revelaram os indicadores sociais expostos até aqui:

longe de ser o território do novo e da inovação, a fronteira se revela, nestes estudos, o território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores, cujas consequências não se limitam a seus protagonistas mais imediatos. Elas se estendem à sociedade inteira, em seus efeitos conservadores e



bloqueadores de mudanças sociais em favor da humanização e da libertação do homem de suas carências mais dramáticas. A fronteira é, no fundo, exatamente o contrário do que proclama o seu imaginário e o imaginário do poder que muito freqüentemente se infiltra no pensamento acadêmico. (MARTINS, 2016, p. 13-14).

As elevadíssimas taxas de homicídio observadas para Araguaína demonstram uma clara contradição em relação aos índices apresentados anteriormente. Numa relação comparativa com o Estado do Tocantins, os índices para Araguaína mostram-se ainda sensivelmente mais elevados. As tabelas 3 e 4 sinalizam os números:

Tabela 3– Índice de homicídios para o Estado do Tocantins (taxa por 100 mil habitantes)

Ano	Número de homicídios
2010	23,60
2011	25,80
2012	26,70
2013	23,60
2014	25,20
2015	33,20

Fonte: Atlas da Violência– IPEA (2017).

O Tocantins ficou em terceiro lugar no ranking dos Estados onde houve maior aumento do índice de violência, 158%, ficando atrás apenas do Rio Grande do Norte (292%) e de Sergipe (177%). Os dados estão no Atlas da Violência 2017 produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os números apresentados são alarmantes e sensivelmente contraditórios em relação aos demais índices demonstrados ao longo deste trabalho. O impacto torna-se ainda mais significativo ao observarmos as variáveis relativas a Araguaína.

Tabela 4 –Índice de homicídios para Araguaína – TO(taxa por 100 mil habitantes)

Ano	Número de homicídios
2010	43,85
2011	41,08
2012	49,96
2013	54,23



2014	41,87
2015	61,70

Fonte: Atlas da Violência– IPEA (2017).

A média de homicídios em Araguaína (TO) para cada 100 mil habitantes atinge, em determinados momentos, mais que o dobro da média registrada em todo o país. Cabe dizer que, em 2017, a média nacional era de 30,05 homicídios a cada 100 mil habitantes de acordo com relatório da OMS. Esta mesma organização considera que taxas acima de 10 por 100 mil habitantes são consideradas epidemia.

Os números para o indicador de homicídios demonstram que a violência urbana se faz presente em Araguaína em proporções significativamente elevadas, nos permitem tal afirmação mesmo ao levar em consideração algumas metrópoles. Há prosperidade social em determinados indicadores e contraditoriamente há homicídios muito acima da média nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Araguaína enfrenta grandes desafios quando se fala dos resultados dos índices apresentados. Nesse sentido, o presente trabalho buscou entender determinados aspectos das condições de vida através de alguns indicadores como IVS, IDHM e taxa de homicídio. O estudo apontou que a cidade está em um processo significativo de crescimento demográfico e econômico e que apresenta indicadores bastante promissores aos seus habitantes, ao mesmo tempo em que observa-se que tais indicadores podem ser a sinalização de concentração de renda e de proteção social disponível apenas a uma parte da população.

Nos índices, pode-se observar algumas contradições nos resultados da pesquisa. O IVS mostra-se mais baixo que o do Estado, expondo que há condições razoáveis no que diz respeito à exposição à vulnerabilidade. Já no IDHM e IDH, observa-se que a longevidade, a educação e a renda per capita elevaram o índice somados à média da mortalidade infantil de Araguaína que mostrou-se menor que a média nacional, acenando que a perspectiva de vida ao nascer é alta. A partir desses índices haverá a possibilidade de instalação da chamada prosperidade social. Sua renda per capita também se mostrou bastante promissora quando se compara às cidades do seu mesmo porte.



Contraditoriamente, o índice de violência mostra que o número de homicídios em Araguaína é considerado uma epidemia. Conclui-se que a contradição entre determinadas características da cidade permitem ora classificá-la enquanto pólo de desenvolvimento, ora enquanto palco de acirramento das mais diversas desigualdades sociais.

O estudo não se aprofundou o bastante para verificar se esses homicídios estão geograficamente concentrados em determinadas localidades (planeja-se verificar tais variáveis em trabalho futuro). Há ciência na conclusão de que há outros indicadores sociais a serem abordados, bem como uma setorização desses mesmos indicadores podem nos levar a um olhar mais preciso. É possível concluir com as perguntas: os setores mais economicamente favorecidos da cidade apresentam índices mais favoráveis e, portanto, os elevam quando partilhados para a cidade como um todo? No entanto, classificados como epidemia, o número de homicídios apresenta-se em ampla contradição com o IDH, IDHM e IVS. Tal contradição nos possibilita estabelecer vínculo com a definição de fronteira que apresentase anteriormente?

O resultado do estudo demonstra que Araguaína tem crescido demograficamente e economicamente, mas de uma forma bastante controversa e contraditória. Há políticas públicas de grande envergadura que implementam a produção agrícola na região de inserção do município. Porém, não se observa a presença de dinâmica similar de intervenção do Estado para minorar as contradições observadas a partir da intensificação da produção agrícola e do crescimento demográfico e econômico acima da média nacional. O Desenvolvimento Econômico foi claramente apoiado por significativas políticas públicas, no entanto, o Desenvolvimento Social apresenta-se visivelmente comprometido pelas intoleráveis taxas de homicídios. Em nosso entendimento, uma palavra adequada para concluir o trabalho é contradição.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, W. **A temática dos indicadores sociais e sua resultante atual**: a qualidade de vida. Indicadores Sociais de Sergipe, Aracaju, 1981.

AMBROMOWAY, M. J. **Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**; desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO. BID, 2002.

ARAÚJO, J. D., Saúde e Desenvolvimento Econômico: Atualização de um Tema. In: **Revista Saúde Pública**, v. 9, p. 515-28, 1975. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v9n4/07pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.



ARBLASTER, A. OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Fundação João Pinheiro, PNUD & IPEA. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Ed. Zahar, 2001.

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A insustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável**. Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n. 12 p. 23 jul/dez. 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. In: **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 2, p.203-230, abr/jun. 2006.

BRITO, Jorge Luis & GUEDES, Luciano da Silva. Caracterização socioeconômica da microrregião geográfica de Araguaína (TO). In: **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.6, n.17, p. 91-103, out. 2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERQUEIRA, Daniel. (coord.). **Atlas da Violência 2017**. IPEA e FBSP, Rio de Janeiro, Junho de 2017.

CONTINI, E. **Dinamismo do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/dinamismo-agronegocio-brasileiro>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Barbara Oliveira (coord.). **Atlas da Vulnerabilidade Social**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

FUKUDA-PARR, S. **Operacionalizando as idéias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos - o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano**, 2002. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

INOCÊNCIO, Maria Erlan; CALAÇA, Manoel. Cerrado: fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. In: **Anais do XIX ENGA**, São Paulo, 2009.



LAMPREIA, L. F. **Relatório Brasileiro sobre o Desenvolvimento social**. São Paulo: Cebras, 1995.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. Trad. Maria J. C. M. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

MORAIS, I. A. **Araguaína (TO) enquanto cidade média no contexto regional**. Brasília, 2014.

OLIVEIRA, F. A Questão do Estado Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos. In: **CADERNOS ABONG**, jun. 1995.

SANTOS, M. J. Desenvolvimento Econômico Regional – Uma revisão histórica e teórica. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 2, 2012.

SCATOLIN, F. D. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná**. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Prefácio. In: **Desenvolvimento Humano: leituras selecionadas**. PUC Minas, Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

VALVERDE, O.; DIAS, C. **Rodovia Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.